

O DESAFIO DO PLANEJAMENTO URBANO AMBIENTAL NA CIDADE DE RIO BRANCO, ACRE

Daniel Amarilha Araújo¹
Janara Alexandre da Silva Vasconcelos²
Alexsande de Oliveira Franco³

RESUMO

As cidades brasileiras em um contexto amplo, devem passar por um processo de planejamento urbano e ambiental, para que possam se desenvolver de forma racional e equilibrada, contribuindo com a qualidade de vida da sociedade. Nessa direção o presente trabalho tem como objetivo discutir o planejamento urbano e ambiental na cidade de Rio Branco. Para tanto, seguiu-se alguns procedimentos, entre os quais: a) revisão de literatura; b) levantamento de informações cartográficas de Rio Branco; c) construção de dados cartográficos, e d) abordagem dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, de forma a compreender como estão sendo desenvolvidos na cidade de Rio Branco. A cidade de Rio Branco é a capital do estado do Acre, e está localizada na Amazônia Sul Ocidental e é um polo de atração estadual. O planejamento urbano-ambiental orientado pela gestão em sua esfera municipal e estadual é fundamental para o desenvolvimento social, econômico e ambiental das cidades amazônicas, pois possuem peculiaridades relacionadas as formas de uso, ocupação, históricos, geográficos, sociais e ambientais. Em Rio Branco, por exemplo, a cidade cresceu através de ocupações irregulares, de forma desordenada e sem planejamento, contribuindo com problemas socioambientais diversos. A discussão das nuances relacionadas ao planejamento urbano e ambiental é muito importante para orientar políticas públicas que equacionem os problemas na cidade de Rio Branco.

Palavras-chave: Gestão; Planejamento Ambiental; Cidades; Amazônia.

ABSTRACT

Brazilian cities, in a broad context, must go through an urban and environmental planning process, so that they can develop in a rational and balanced way, contributing to society's quality of life. In this sense, the present work aims to discuss urban and environmental planning in the city of Rio Branco. To this end, some procedures were followed, including: a) literature review; b) survey of cartographic information about Rio Branco; c) construction of cartographic data, and d) approach to the Sustainable Development Goals – SDGs, in order to understand how they are being developed in the city of Rio Branco. The city of Rio Branco is the capital of the state of Acre, and is located in the South Western Amazon and is a center of state attraction. Urban-environmental planning guided by management at its municipal and state level is fundamental for the social, economic and environmental development of Amazonian cities, as they have peculiarities related to forms of use, occupation, historical, geographic, social and environmental. In Rio Branco, for example, the city grew through irregular occupations, in a disorderly and unplanned manner, contributing to various socio-environmental problems. The discussion of the nuances related to urban and environmental planning is very important to guide public policies that address problems in the city of Rio Branco.

Keywords: Management; Environmental planning; Cities; Amazon.

¹Mestrando do Curso de Mestrado em Geografia pelo PPGEIO da Universidade Federal do Acre - UFAC, danielmarilha@gmail.com;

²Mestranda pelo Curso de Mestrado em Geografia pelo PPGEIO da Universidade Federal do Acre - UFAC, janara.vasconcelos@ifac.edu.br;

³Professor Doutor titular em Geografia da Universidade Federal do Acre - UFAC, alexsande.franco@ufac.br;

INTRODUÇÃO

As cidades amazônicas, historicamente, cresceram de forma desordenada, em função de ocupações irregulares, que culminaram em problemas de toda ordem, sobretudo, relacionados aos aspectos ambientais/ecológicos. A falta de planejamento urbano ambiental nas formas de uso e ocupação do solo em espaço urbano leva a desafios para a gestão das cidades, e sobretudo, para os planos diretores.

A cidade de Rio Branco, não é diferente dessa realidade, visto que o seu processo de urbanização se intensificou no primeiro ciclo da borracha em 1877, com a forte influência do governo brasileiro e estadual incentivando a migração de pessoas principalmente do nordeste brasileiro, para trabalharem com a coleta do látex.

Tendo como estrada principal os rios, estes imigrantes chegaram às cidades acreanas navegando pelos meandros do Rio Acre, Neutel Maia³ fundou as principais instalações às margens deste rio, hoje mais conhecido como bairro Quinze, mas naquele momento serviu como um seringal para coleta do látex e a produção da borracha, o rio funcionava como transporte para compra e venda de produtos.

No decorrer dos anos 1882, culminando com o fim da ascensão da borracha, o antigo seringal deu espaço para a concentração urbana da atual Rio Branco. Isso contribuiu com a formação dos primeiros bairros, assim como moradias, comércios e serviços públicos nas proximidades do Rio Acre. A urbanização obviamente não foi planejada, pois com a desvalorização da borracha, houve um êxodo dos seringais para os centros urbanos, aumentando de forma desordenada as cidades. A ocupação de forma irregular pelos seus novos moradores, teve o poder público estadual e municipal como cúmplice nesse processo de formação da cidade.

A cidade de Rio Branco foi construída às margens do seu rio principal, tendo grande parte dos seus bairros surgindo como ocupação desordenada. As moradias se fixaram, às margens dos rios, ou seja, muitas delas em áreas de risco. Isso se configurou como um problema para o poder público, pois os serviços públicos não deram conta de chegarem a essas localidades, pois seria necessário um esforço e orçamento maior para a construção dos meios necessários como pavimentação, esgoto, calçadas e dentre outros pontos.

³ Neutel foi o primeiro brasileiro a morar nas terras que hoje é a cidade de Rio Branco, chegou por volta de 1882 fundando o seringal Volta Empreza.

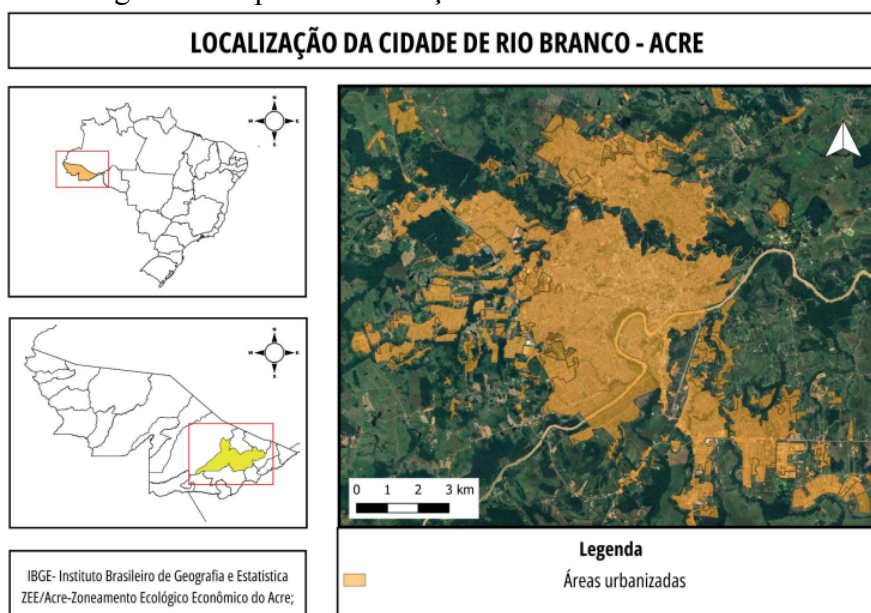
Nessa direção, o presente trabalho teve como objetivo discutir o planejamento urbano e ambiental na cidade de Rio Branco. A cidade em destaque, Rio Branco, se urbanizou sem planejamento adequado na formação de boa parte dos bairros da capital, acarretando em diversos problemas socioambientais que prejudicam a convivência dos moradores com o meio ambiente natural. A cidade de Rio Branco de forma geral possui um planejamento urbano ambiental com problemas que precisam de soluções para reverter o quadro de degradação ecológica da cidade.

METODOLOGIA

Para chegar ao objetivo proposto, seguiu-se alguns procedimentos, entre os quais:

O recorte espacial e temporal - O recorte espacial definido foi a cidade de Rio Branco (Figura 1), capital do estado do Acre, ela está localizada na Amazônia Sul-Occidental, e possui atração na região, em função de sua maior infraestrutura, acesso rodoviário e concentração econômica. Com relação ao recorte temporal, é relevante destacar que o período de análise foi entre os anos de 2016 a 2022 pelas mudanças ocorridas durante o período, seja pelas mudanças dos cargos executivos municipais, seja pela ocorrência da pandemia do *Sars Covid*.

Figura 1: Mapa de localização da cidade de Rio Branco.



Fonte: Autores

Revisão de literatura - Nesta etapa metodológica foi realizado levantamento de literaturas e documentos técnicos sobre o assunto de forma a fazer um compilado de informações relacionadas às políticas públicas ambientais urbanas de Rio Branco.

Levantamento cartográfico - Foram levantadas informações cartográficas de Rio Branco que possam identificar a materialidade das políticas públicas mencionadas. Foram construídos cartogramas do núcleo urbano da cidade em relação aos aspectos ambientais/ecológicos com auxílio do software QGIS.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - As abordagens dos ODS são importantes de forma a compreender como estão sendo desenvolvidos na cidade de Rio Branco. Nessa discussão será destacado o objetivo 11, tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a construção teórica deste trabalho, surgiu-se a necessidade de ler trabalhos de áreas diversas como a Geografia, arquitetura, gestão urbana e dentre outros. É de fundamental importância que o meio urbano seja considerado como um todo, desde as relações ambientais, assim como as sociais e econômicas.

Para Duarte (2012), o planejamento urbano deve envolver muito mais do que uma gestão política, deve envolver pessoas profissionais como arquitetos, geógrafos, planejadores urbanos e mais do que nunca, a comunidade.

O autor disserta que a Lei nº 10.257/2001 impunha aos municípios com mais de 20 mil habitantes a exigência de um plano diretor até outubro de 2006, esta ferramenta deveria seguir as recomendações do Estatuto da Cidade, que buscava uma construção de cidades mais social para todos, visando manter um equilíbrio ambiental, social e econômico, dado a aprovação da Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã.

O planejamento urbano é o responsável por almejar tal desenvolvimento nos perímetros urbanos, tendo um enorme objetivo visto que grande parte das cidades do Brasil já foram construídas sem um devido planejamento, principalmente as cidades amazônicas, este planejamento torna-se muito mais difícil dado que a urbanização em forma desorganizada é muito mais cara do que se começar do zero (Duarte, 2012).

Para isso o autor considera que o esquema de análise CDP seja uma ferramenta muito utilizada nos planejamentos urbanos, tendo como etapas o diagnóstico, prognóstico, propostas e a gestão.

A fase inicial que é o diagnóstico tem como a análise do perímetro urbano da cidade em questão, essa análise deve conter o máximo de informações necessárias para o planejamento adequado, a saber os fatores históricos pelo qual se ocorreu a expansão urbana, o estudo demográfico, mapeamento geográfico das regiões habitadas, a vida cotidiana da cidade, os comércios, as habitações e dentre outros. De forma sintética, o diagnóstico deve contar com um grande inventário de informações para um estudo aprofundado do planejamento urbano desta cidade.

O diagnóstico é a análise de uma situação, compondo um cenário de realidade existente. Desse modo, toda análise depende de dados disponíveis ou a serem coletados. Portanto, consideramos o inventário parte integrante do processo de diagnóstico (Duarte, 2012, p. 30).

O autor discorre que feito diagnóstico, sabendo do contexto de como a cidade se encontra hoje e os motivos pelos quais isso ocorreu, tendo uma segurança nos dados coletados, pode-se partir para a próxima etapa, o prognóstico (Duarte, 2012).

O prognóstico surge com uma pergunta e uma resposta, dado o atual momento da cidade e o seu crescimento, se nada for feito, o que aconteceria no decorrer dos anos? Esta etapa visa prever com base em dados o que pode ocorrer com a cidade caso não haja uma intervenção no seu modo de crescimento, pode-se considerar que na grande maioria das vezes o resultado seria prejudicial para a habitação.

Não se trata de futurologia ou de achismos. No entanto é inegável (e seria ingênuo imaginar o contrário) que muitas vezes as previsões, mesmo as mais cautelosas, sejam contraditas por mudanças bruscas na realidade [...] Sob esse prisma, o planejamento urbano não pode pautar-se exclusivamente pelo presente que fica retratado no diagnóstico, pois ele acontece quando são buscadas soluções e alternativas não para a situação atual, mas para a situação que deverá ser (Duarte, 2012, p 33).

Esta etapa do planejamento urbano visa demonstrar para as esferas políticas e para população em geral o futuro da cidade se não houver uma intervenção na sua expansão, mesmo pareça ser de forma pessimista, esta etapa contribui para a compreensão dos problemas atuais da cidade, como por exemplo a ocupação urbana próximo às margens dos rios e igarapés, e como essa ocupação pode ser perigosa aos seus moradores devido o desbarrancamento e alagações, além de ser prejudicial ao meio ambiente.

Os habitantes e a gestão municipal cientes dessa problemática e dos seus efeitos, já devem tomar atitudes práticas para evitar a propagação dessas problemáticas, é de notório saber que é extremamente complexo no caso das habitações próximas aos cursos de água que o município ou o estado construir habitações seguras para todos estes moradores em pouco tempo, este trabalho exige muita cautela para evitar problemas maiores no futuro.

Pode-se observar que Pimentel (2017) confirma esta ideia nos seus estudos do bairro Cidade do Povo, que teve como um dos seus objetivos retirar as pessoas da região central da cidade por terem as suas moradias próximas ao Rio Acre, essas famílias foram retiradas desta área onde tinham uma relação afetiva, comercial e relacional, sendo encaminhadas para distante desse centro, quase próximo ao limite do perímetro urbano da cidade de Rio Branco, obviamente com fatores houve problemas enfrentados pelos populares e muitos retornaram para as áreas de risco por não se adequar ao novo local de moradia, percebendo-se uma falta de estudo do estado ao projetar este bairro.

Posteriormente ao prognóstico, o autor considera que as propostas teriam uma grande importância no planejamento, visto que:

As propostas partem do resultado de um processo de planejamento urbano e são elas que transformam um futuro previsível em um futuro possível. Nessas propostas entram aspectos de obras de infraestrutura que sirvam ao desenvolvimento econômico de uma região ou a melhoria da qualidade de vida da população de um bairro, com tendência a crescer além do que a situação atual comportaria; mudanças nas leis que regulam a ocupação do solo para evitar que áreas de mananciais sejam ocupadas e estimular que outras regiões cresçam mais do que hoje é permitido. Criação de formas alternativas de participação do cidadão no dia a dia da cidade, para que ele seja corresponsável pela qualidade de vida urbana (Duarte, 2012, p. 34).

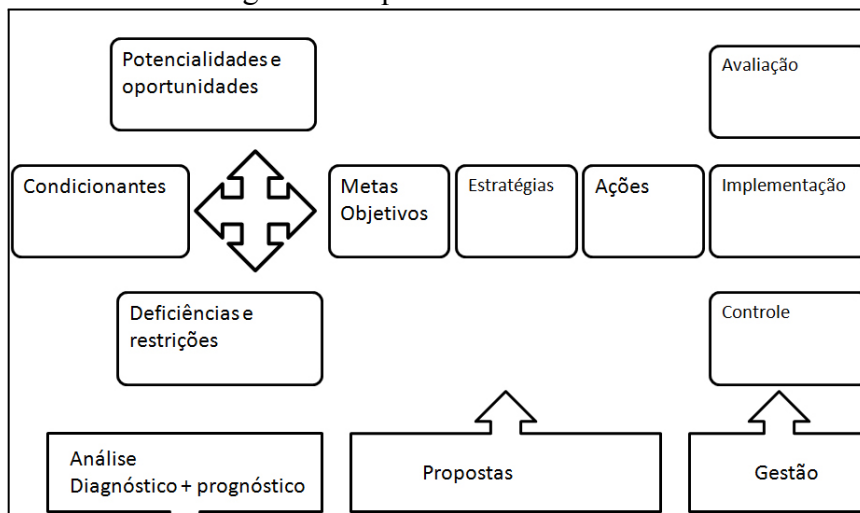
As propostas buscam ao contrário do prognóstico, mostrar de forma otimista que caso haja uma intervenção no planejamento urbano, a cidade poderia ser melhor do que se encontra hoje, resolvendo os problemas ambientais, sociais e econômicos, melhorando a qualidade de vida dos seus moradores, essa melhoria seria estabelecida através de metas, objetivos, estratégias e ações.

E por fim o autor coloca a gestão urbana como um dos alicerces de todo esse planejamento, visto que é essa gestão que irá avaliar, implementar e ter o controle das ações tomadas para a melhoria da cidade em si (Duarte, 2012)

Assim como já foi discutido anteriormente, esta gestão deverá ser composta por diversas esferas e diversos campos de atuação, a saber que o planejamento urbano não tem

uma disciplina específica para o seu estudo, visto que as citadas anteriormente também devem estar incluídas neste planejamento, além da participação política e da sociedade.

Figura 2: Esquema de análise CDP



Fonte: Duarte (2012)

Embora haja uma ideia de que custa mais caro consertar algo do que fazer algo novo, e que também há uma descrença com relação a boa vontade do poder público de efetivar essas ações, é necessário que haja uma esperança e incentivo para essas mudanças ocorram, principalmente com toda a recente preocupação com o meio ambiente, as mudanças climáticas estão fazendo os setores privados e públicos trabalhem em conjunto para o bem-estar comum.

Em concordância com esse pensamento Effgen (2022) escreve que as cidades não devem ser abandonadas e construídas novas em seu lugar, mas passar por um processo de reorganização, em que envolve não apenas o setor público, mas também o privado. Com o pensamento capitalista-consumista em voga, as ações que gerem economia serão mais impulsionadas a serem concretizadas, e não é difícil associar a ecologia à economia, visto que pode-se associar a sustentabilidade a três pilares: economia, social e ambiental.

Dessa forma, os estudos aqui feitos se baseiam a partir da participação coletiva, sendo do setor público e privado, tendo também a participação da população para a efetivação no dia a dia do planejamento urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O plano diretor de Rio Branco foi incluído na Lei nº 1.611 de 27 de outubro de 2006 este foi o primeiro escrito a ser aprovado e testado, sendo obrigatório para Rio Branco visto que a cidade possuía o requisito do Estatuto da Cidade, que considera obrigatório que toda cidade com mais de 20 mil habitantes tenham um plano diretor.

Atualmente, o mesmo foi alterado sendo regulamentado pela Lei nº 2.222 de 26 de dezembro de 2016, tendo sido feitas revisões no plano anterior, a atual gestão municipal 2018-2024 está em busca de realizar correções neste plano aumentando os limites do perímetro urbano e dentre outras alterações, a lei complementar nº 160 de 21 de junho de 2022 é quem está regendo uma prorrogação para esta alteração no plano diretor ser publicado, para uma nova versão revisada.

A cidade de Rio Branco, no contexto acreano, é a que possui as melhores condições para viver no estado, com maior infraestrutura e logística, no entanto, apesar dos pontos positivos destacados, alguns pontos negativos são notórios, e levam a uma série de desafios que precisam ser superados, como forma de amenizar os problemas urbanos e ambientais da cidade. Entre os problemas, destacam-se pelo menos dois deles, que representam questões importantes da gestão pública, a saber: a) Planejamento urbano e b) Planejamento ambiental.

a) Planejamento urbano: reconhecendo a história e as características geográficas do estado do Acre, sabe-se que o processo migratório decorrente do extrativismo da borracha, levou os seringueiros a utilizarem os cursos de água para locomoção nessa região, ocasionando que as edificações da maioria das cidades fossem as margens dos rios, tal qual é o caso de Rio Branco, que se estabeleceu às margens do rio Acre (LIMA et al., 2012). Este processo levou a construção desorganizada da cidade, não respeitando os fatores ambientais da região, ocasionando adversidades como as enchentes que ocorrem através do transbordamento das águas em edificações construídas próximas às margens do rio e dos igarapés.

Com a aceleração da densidade demográfica, a planta da cidade demonstra que boa parte dos bairros não foram planejados com eficiência, gerando dificuldades no setor viário e do saneamento básico da cidade, que exigem um maior gasto para organizar essas localidades. O planejamento do uso do solo urbano deve ser levado em consideração, visto que alguns bairros, estão localizados muito próximos às margens dos rios, colocando em risco de enchentes e desmoronamentos as pessoas que ali vivem (ARCOS et al., 2012). É possível

observar que Rio Branco está praticamente construída horizontalmente, com poucas edificações verticais, que no caso permitiria uma maior concentração de pessoas em locais planejados e bem estruturados.

b) Planejamento ambiental: embora localizada no bioma amazônico, Rio Branco possui um planejamento ambiental debilitado, entre eles a arborização, que com o crescimento desorganizado da cidade, as vias têm dificuldades de receberem o plantio de árvores e sua manutenção. Com relação ao saneamento básico, os desafios ambientais são observados, como o déficit em infraestrutura, e lançados diretamente nos cursos de água sem qualquer tratamento adequado, gerando poluição e adversidades ao sistema ambiental e humano. Outro ponto importante são os resíduos sólidos, que precisam ser melhor destinados, ampliando a população serviços de coleta seletiva e reciclagem.

Ambos, os planejamentos urbano e ambiental devem andar juntos como forma de responder aos anseios da sociedade, no entanto, como destaca Alves (2004), muitas vezes não há articulação pelo poder público no planejamento urbano e ambiental. Na cidade de Rio Branco observa-se que o Plano Diretor é uma importante ferramenta de gestão, porém há muita dificuldade em desenvolvê-lo de forma a unir o urbano e o ambiental, pois não vê ações eficientes.

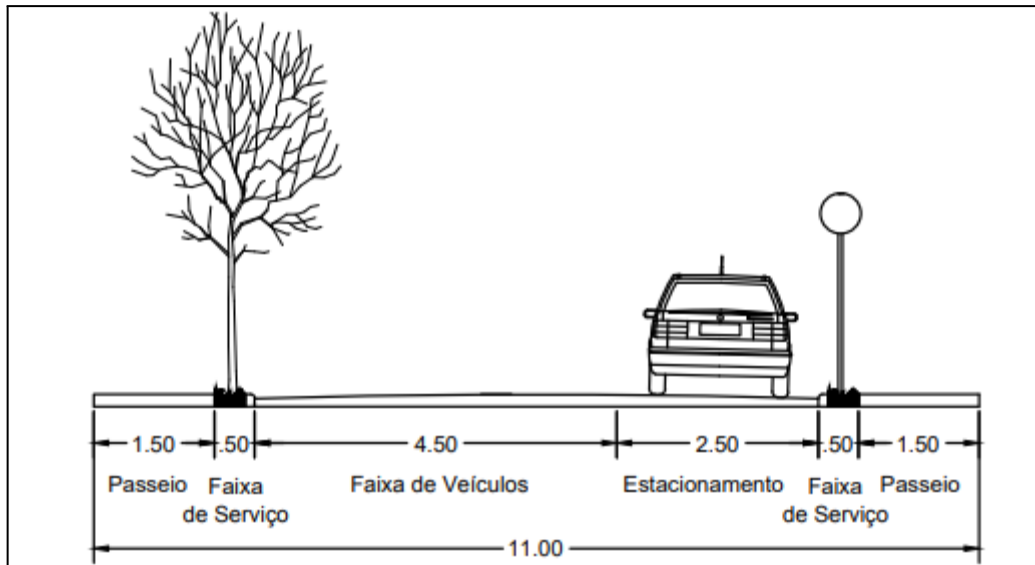
É importante destacar três aspectos que precisam ser melhorados na cidade de Rio Branco, até 2030, e que são alinhados ao planejamento urbano/ambiental e ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, número 11 - *Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis* (ONU 2023), são eles:

1) Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis. Pode-se observar que mesmo com a criação de bairros planejados para a população carente e com habitações em áreas seguras ou sem riscos ambientais, o poder público foi ineficiente em tornar as antigas habitações em áreas verdes. As residências que estavam nas áreas de risco, deveriam ser demolidas para não serem reocupadas, porém foi exatamente o que ocorreu, pois segundo Pimentel (2017) o deslocamento das pessoas para uma região mais distantes da cidade dificultou as relações sociais e econômicas dos moradores que tinham um sentimento de pertencimento ao local, além de estarem próximas aos seus empregos.

A figura 3 demonstra no anexo 3 do plano diretor de Rio Branco que o sistema viário tem modelos de hierarquia das vias urbanas a serem seguidas, problema este a ser seguido começa com a largura das ruas de Rio Branco, as mesmas por não serem planejadas

dificultam este planejamento, tendo inclusive dificuldades para a efetivação do plano de arborização da capital, a saber que o sistema elétrico exige uma alta manutenção das árvores.

Figura 3: Hierarquização do sistema viário



Fonte: Rio Branco (2016)

2) Reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros. Na cidade de Rio Branco, nos períodos de estiagem (maio-outubro), tem sido comum a prática da queimada em todo o bioma amazônico, o que acaba acarretando sérios problemas na qualidade do ar e na saúde da população, principalmente por parte de idosos, crianças e gestantes. Além do problema destacado, outros são observados, como a poluição das águas dos rios e em poços para consumo humano, oriundos do crescimento desordenado da cidade e da falta de saneamento básico, para Franco e Arcos (2020) as águas devem ser protegidas pelo poder público.

3) Adotar a implementação de políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres. A cidade de Rio Branco, assim como muitas outras do estado acreano, precisam desenvolver políticas que planejem o desenvolvimento de ações para equacionar a ação dos eventos extremos de cheias e secas. É importante desenvolver a resiliência da cidade, de forma a contribuir com a gestão pública e a eficiência no planejamento urbano ambiental. A mitigação das cheias e secas tornarão a ação socioambiental mais previsível - diminuindo custos, danos e tendo maior proteção da população e dos recursos hídricos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Rio Branco, localizada no estado do Acre, possui desafios a serem superados para um planejamento urbano e ambiental mais adequado. Deve-se considerar como forma de atingir um maior e melhor planejamento, seguir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial, Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Mesmo considerando a ação do poder público municipal e estadual, acerca do planejamento urbano e ambiental, a cidade está muito distante do ideal. Isso se justifica pela ação desarticulada entre as esferas públicas. Nessa direção, é fundamental a ação integrada entre o governo Federal, Estadual, Municipal e as Universidades (buscando auxiliar em pesquisas e discussões) e a sociedade civil organizada e a população em geral. Somente de forma integrada os desafios destacados, do planejamento podem ser minimizados.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. O. **Planejamento ambiental urbano na microbacia do córrego da colônia mineira** - Presidente Prudente/SP. Dissertação mestrado. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2004.

ARCOS, F. O.; SANTOS, W. L. dos; LIMA, K. D. de J. V. Processos erosivos às margens do rio Acre: O caso da área central do município de Rio Branco, Acre, Brasil. **Revista Geonorte**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 622 –, 2012. Disponível em: [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/2112](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/2112). Acesso em: 03 maio. 2023.

DUARTE, Fábio. **Planejamento Urbano**. Curitiba (PR): InterSaberes, 2012.

EFFGEN, Marcio Valério; MOZINE Augusto Cesar Salomão. Expansão urbana e ambiente nas gestões municipais de Vila Velha-ES entre 2009-2016. **Cadernos Metrópole**, Vila Velha, v.24, n. 55, p.1123-1142, 2022.

FRANCO, A. O.; ARCOS, F. O. Vulnerabilidade natural de aquíferos e a potencial contaminação dos recursos hídricos subterrâneos no Estado do Acre. **Águas Subterrâneas**, [S. l.], v. 34, n. 1, 2020. DOI: 10.14295/ras.v34i1.29749. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/29749>. Acesso em: 11 maio. 2023.

LIMA, K. D. de J. V.; ARCOS, F. O.; SERRANO, R. O. P.; LIMA, Y. M. S. de. Áreas de Risco e Ocupação Urbana: O caso do bairro Raimundo Melo. Rio Branco, Acre - Brasil. **Revista Geonorte**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 197–206, 2012. Disponível em: /



XV
ENAN
PECE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

/periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/2072. Acesso em: 03 maio 2023.

ONU - Organização das Nações Unidas: ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília (DF); 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 01 maio 2023.

PIMENTEL, Rafael Marcos Costa. **Moradias e segurança pública:** o estudo de caso do Conjunto Habitacional Cidade do Povo–AC. 2017.

RIO BRANCO. Lei municipal nº 2.222 de 26 de dezembro de 2016. **Plano diretor:** Rio Branco, AC,